

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O ESTADO DE DIREITO E A PROTEÇÃO DA NATUREZA	7
1.1. O Estado e a Crise Ecológica: Rupturas Necessárias	7
1.1.1. Estado e a crise ecológica.....	9
1.2. Gerações de direitos ambientais, mudanças climáticas e conceito de Estado de Direito ambiental	13
1.2.1. Gestão transdisciplinar de risco na era de desastres e catástrofes ambientais	16
1.3. Os desafios do Direito diante das mudanças climáticas	18
1.4. A mudança de paradigma no Direito Ambiental para enfrentar o desafio das mudanças climáticas: do ambiental ao ecológico	20
1.5. Justiça climática no contexto da justiça ambiental e ecológica	27
1.6. O Estado de Direito Ambiental: origem e conceitos	29
1.7. Do Estado de Direito Ambiental para o Estado de Direito Ecológico	35
1.8. O Estado de Direito Ecológico no Holoceno e no Antropoceno: limites do desenvolvimento	39
1.9. Estado de Direito Ambiental/Ecológico no foco das Nações Unidas e da Unep.....	43
1.10. Particularidade de uma hermenêutica jurídica ambiental	51
2 DANO AMBIENTAL: CONCEITUAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL	55
2.1. Meio ambiente: noções genéricas.....	55
2.2. Meio ambiente em sentido jurídico	62
2.3. Meio ambiente como macrobem.....	65
2.4. Meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental	68
2.5. Sintetizando o conceito de meio ambiente	71
2.6. Dano ambiental: noções genéricas e classificação	72

2.6.1.	A juridicidade do dano ambiental em comparação com o dano tradicional	78
2.7.	Dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro	80
2.8.	Quadro ilustrativo de dano ambiental no Direito estrangeiro	84
2.8.1.	O novo regime de responsabilidade ambiental na União Europeia	90
2.9.	Dano ambiental e responsabilidade civil	93
2.9.1.	Sociedade de risco e responsabilidade ambiental.....	93
2.9.2.	Noções gerais sobre responsabilidade jurídica no ordenamento jurídico brasileiro	98
2.9.3.	Da responsabilidade clássica do Código Civil de 2002.....	102
2.9.4.	Responsabilidade objetiva e legislação ambiental: evolução	106
2.9.5.	Novas funções preventivas e de precaução da responsabilidade civil por dano ambiental.....	112
2.9.5.1.	A responsabilidade civil preventiva em matéria ambiental e a influência do princípio da precaução	115
2.9.5.2.	Síntese das Tutelas Provisórias do CPC 2015 e a Responsabilidade Civil por Dano/Risco Ambiental.....	128
2.9.6.	Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente no âmbito da Lei 9.605, de 1998	130
2.10.	A transformação dos regimes jurídicos de responsabilização civil no Antropoceno e os seus limites ecológicos	134
3	DANO AMBIENTAL: INDIVIDUAL E COLETIVO	143
3.1.	Dano ambiental individual	143
3.2.	Dano ambiental individual, reflexo ou indireto e direito de vizinhança ambiental	146
3.3.	Ação popular ambiental	150
3.3.1.	Direito subjetivo fundamental e cidadania ambiental individual	150
3.3.2.	Legitimidade ativa.....	154
3.3.3.	Legitimidade passiva	157
3.3.4.	Aspectos condenatórios da demanda popular	158
3.4.	Dano ambiental coletivo.....	158
3.5.	Condições para a imputação da tutela reparatória do dano ambiental.....	163

3.5.1.	Novas perspectivas em matéria denexo de causalidade em responsabilidade civil por danos ambientais.....	164
3.5.1.1.	A teoria das probabilidades como mecanismo renovado para o nexo de causalidade diante do dano e riscos ambientais.....	174
3.5.1.2.	O princípio da reparação integral e a conformação da relação de causalidade	179
3.5.1.3.	O princípio da precaução e a responsabilidade civil em matéria ambiental. O nexo de causalidade e a mitigação da carga probatória	186
3.6.	Limite da tolerabilidade e do dano ambiental	198
3.7.	Omissão e dano ambiental.....	202
3.8.	Responsabilidade do Estado e dano ambiental	203
3.9.	Excludentes de responsabilidade: caso fortuito e força maior.....	206
3.10.	Prescrição do dano ambiental	207
3.10.1.	A reparação integral e a imprescritibilidade do dano ambiental na jurisprudência do STJ	211
3.11.	Efeitos transfronteiriços da poluição e o dano ambiental.....	215
4	DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL	219
4.1.	Noções genéricas	219
4.2.	O dano ambiental e as funções da responsabilidade civil no plano de um dever estatal de proteção do meio ambiente.....	220
4.3.	Formas de reparação.....	244
4.3.1.	Restauração natural	245
4.3.2.	Compensação ecológica.....	246
4.3.2.1.	Parâmetros para compensação ecológica	248
4.3.2.2.	Compensação ecológica: casos jurisdicionais	249
4.4.	Compensação ecológica: valor do dano e questões preliminares	252
4.4.1.	Dificuldade de valoração do dano ambiental.....	252
4.4.2.	Questões preliminares.....	253
4.5.	Compensação ecológica: métodos para avaliação do dano ambiental.....	254
4.6.	Reparação integral do dano ambiental.....	257
4.6.1.	A Reparação integral do dano ambiental e o princípio in dubio pro natura	258
4.7.	Fundos, garantias e seguros para reparação do dano ambiental.....	260
4.8.	Medidas de prevenção e reparação do dano ambiental no Sistema da União Europeia e no Direito português	263

4.9.	Tutela jurisdicional do dano ambiental coletivo: ação civil pública.	269
4.9.1.	Importância do tema	269
4.9.2.	Interesse jurídico ambiental	273
4.9.2.1.	Noções preliminares	273
4.9.2.2.	Interesses ou direitos difusos	275
4.9.2.3.	Interesses ou direitos coletivos	276
4.9.2.4.	Interesses ou direitos individuais homogêneos...	277
4.9.2.5.	Titulares ativos e passivos da tutela reparatória ambiental – Legitimação	278
4.10.	Implicações jurídicas da conceituação do bem ambiental.....	280
4.10.1.	Objeto da ação.....	282
4.10.2.	Inquérito civil público	284
4.11.	Termo de ajustamento de conduta e meio ambiente	287
4.12.	Considerações sobre o Código de Processo Civil – Lei 13.105, de 16 de março de 2015.....	289
4.13.	Responsabilidade civil e reparação do dano no contexto das mudanças climáticas globais.....	290
4.13.1.	Os filtros da responsabilidade civil ambiental e a litigância climática no Direito brasileiro.....	298
4.13.2.	Os danos catastróficos antropogênicos na responsabilidade civil ambiental	309
4.14.	A Lei 12.651/2012 e o princípio de proibição de retrocesso ambiental: desafios para a manutenção de um princípio de reparação integral.....	313
5	DANO EXTRAPATRIMONIAL OU MORAL AMBIENTAL.....	321
5.1.	Nomenclatura e evolução	321
5.2.	Aceitação do dano extrapatrimonial no direito brasileiro.....	324
5.2.1.	Tratamento jurisprudencial antes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	327
5.2.1.1.	No Supremo Tribunal Federal	327
5.2.1.2.	Constituição Federal de 1988	329
5.2.2.	Tratamento jurisprudencial a partir da Constituição vigente.....	330
5.3.	Fundamento legal do dano extrapatrimonial ou moral ambiental...	332
5.4.	Dano extrapatrimonial ambiental e suas conexões com o direito da personalidade.....	333
5.5.	Dano extrapatrimonial: do individual ao coletivo – Pessoa física, pessoa jurídica e coletividade – Tendências atuais	337

5.6.	Dano extrapatrimonial ambiental: conceituação, classificação e admissibilidade	344
5.6.1.	Conceituação	344
5.6.2.	Comprovação da ocorrência do dano extrapatrimonial ambiental difuso	348
5.7.	Dificuldades de reparação indenizatória do dano extrapatrimonial	349
5.8.	Nova jurisprudência do STJ sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental: mudança de paradigma hermenêutico	352
5.8.1.	Elementos da juridicidade do dano extrapatrimonial ou moral ambiental	353
5.8.2.	O dano moral ou extrapatrimonial coletivo, em matéria ambiental, e o princípio da reparação integral.....	355
5.8.3.	Síntese dos acórdãos sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental do STJ	366
5.8.4.	Uma análise sistêmica da jurisprudência fundada na hermenêutica jurídica ambiental.....	373
5.8.5.	Considerações finais sobre hermenêutica e novo paradigma na jurisprudência sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental.....	378
CONCLUSÃO.....		381
BIBLIOGRAFIA		395